

Sarney

Notas e informações

A hora da coragem cívica

Em sua recente entrevista coletiva, o presidente da República fez saber que não aceitará (mais) que lhe seja cerceada a autoridade, "quando deve exercê-la em benefício do País". Resta saber se a decisão reflete de fato *animus governandi* ou se, mais adiante, s. exa., como aconteceu não poucas vezes, se submeterá ao comando do PMDB e abrirá mão do desempenho da autoridade. Para o deputado José Lourenço, líder do PFL, "o presidente não será prisioneiro de nenhuma sigla nem tutelado por nenhum partido". A prova dessa nova disposição de espírito do sr. José Sarney será oferecida à Nação na oportunidade em que for inadiável uma solução sobre a questão da dívida externa. E essa oportunidade sobrevirá fatalmente, ninguém duvide, cedo ou tarde, e provavelmente mais cedo do que tarde. O ministro Bresser Pereira está tentando *ajear as coisas*. Mas a cúpula peemedebista "não prima pelo descortino", para usar expressão cunhada por Humberto de Campos quando queria significar algo parecido com curteza de vistas. Dentro do partido oficial, a sigla FMI é tabu; e a verdade é uma só: nada se resolverá, no tocante ao acerto de uma fórmula que satisfaça os credores, lá fora, a fim de que enviem *new money*, sem pelo menos um *signal verde* do Fundo Monetário.

Com a autoridade que lhe confere seu pedido de exoneração, o deputado Joaquim Francisco, que vem de deixar o Ministério do Interior, não esconde: a Aliança Democrática atrasa decisões que cumpre adotar no âmbito da chefia do Executivo, graças ao "parlamentarismo às avessas" que se vem praticando, de fato, desde que o atual governo foi empossado. Lúcido, o parlamentar pernambucano afirma que seria muito mais fácil o presidente "não estocar situações que exigem definição, na presunção de que um conflito pode gerar outro conflito". Eis uma apreciação oportuna, pois o que sucede com freqüência é que o receio de *criar um caso* imobiliza a administração pública, à espera de que o tempo equacione o problema que se leva à prateleira, visto

que se generaliza no Palácio do Planalto o receio de enfrentá-lo. Em política, o tempo resolve realmente alguns problemas. Alguns, apenas. Seria ingenuidade supor que terá o condão de remover todas as dificuldades. Se fosse assim, governar seria um exercício constante de vida contemplativa, uma espécie de *dolce far niente*, uma troca incessante de medidas, com requintes de ademanos. E qualquer um haveria de exercitar a autoridade a contento, omitindo-se, protelando, conversando para ocultar ou disfarçar o pensamento, escusando-se, demorando, delongando.

O *bom-mocismo*, lamentavelmente, fez escola neste país, mas está na hora de escorraçá-lo da vida pública; está na hora de substituí-lo por uma espécie de coragem cívica, apta a estabelecer um divisor de águas entre as diversas correntes e facções que apóiam o governo, habilitando-o a levar o País a superar as várias crises em que se debate e que não podem evoluir indefinidamente, nem sequer permanecer perto do ponto de ebulição em que se encontram; há que esvaziá-las de pressão antes que as tensões reinantes acendam um dos muitos estopins montados para fazer detonar a bomba. É preciso não esquecer que o contingente esquerdo-estatizante dispõe de gente de confiança encastelada solidamente em posições-chave, em escalões elevados, dentro do aparelho do Estado; e que não poucos dos franco-atiradores enquistados lá em cima haverão de rezar pela cartilha do *quanto pior, melhor*.

"O deputado Ulysses Guimarães saberá que o presidente terá de exercer a sua autoridade na plenitude", proclamou o sr. José Sarney. Será? Era de assustar criancinhas o *rictus facial* do procônsul, quando falou sobre a demissão do sr. Dorany Sampaio da Superintendência da Sudene: semblante fechado, olho rútilo, voz cava. Se o multipresidente aprendeu a lição, convenha-se que *acaba* de aprendê-la. Só o próximo embate revelará se, de fato, ele quererá comportar-se, refluindo à sua esfera de atuação, ou se, como a

fera que provou sangue e *recrudescer*, como diria o general Figueiredo, timbrará em manter-se fora ou acima das regras do jogo para entestar com o presidente da República, como fez de outras vezes — e com vantagem.

Quando o presidente insiste em declarar que é indispensável abrir o País ao capital estrangeiro, como reagirá o deputado Ulysses Guimarães, que joga muito para ser aplaudido pela fina flor da xenofobia peemedebista? É de crer, portanto, que o ponto de honra, no melhor sentido castelhano, entre as duas personalidades em torno das quais gravita hoje a República, que fará o sr. Sarney ou o sr. Guimarães jogar a luva, a ver se o outro aceita o repto — é de crer que o ponto de honra entre ambos se situe no problema das relações econômicas com o Exterior. O FMI e o capital de que o Brasil carece, para suprir-se de moeda forte, constituirão a linha de cumeada abaixo da qual descerão as vertentes que os separarão. Para satisfazer sua platéia, integrada por torcedores de tendências diversas porém amalgamados por crenças do tipo estatização, distributivismo, *nacionalismo*, *revanchismo* etc., o cacique peemedebista terá de assumir atitudes que poderão contentar a demagogia cabocla mas estarão divorciadas do legítimo interesse público. Para satisfazer a imensa maioria dos brasileiros que há muito aguardam dele uma postura digna de mostrar que se emancipou, libertando-se da *capitis diminutio* imposta pelo partido de que é presidente de honra, o presidente deverá agir com isenção, falar claro ao povo e indicar-lhe onde está o interesse nacional, e cercar-se dos melhores e dos mais capazes que o ajudarão a levar a melhor na luta a travar, árdua, penosa, intensa, fadada a exigir dele esforço ingente e determinação obstinada.

Esteja seguro s. exa. de que, decidindo pelear a boa peleja, não lhe faltarão, por parte da comunicação de massa e da opinião pública, os estímulos valiosos de que necessitará para alcançar as metas que tiver estabelecido.